

ECONOMIA

Obesidade custa até R\$ 44,6 bilhões por ano aos cofres públicos do Brasil, diz estudo

O valor pode ultrapassar R\$ 60,5 bilhões até 2033, de acordo com o levantamento, financiado pela Novo Nordisk, farmacêutica que produz as canetas Ozempic e Wegovy

A prevalência do sobrepeso ou obesidade pode ter um custo equivalente a R\$ 41,7 bilhões e R\$ 44,6 bilhões por ano aos cofres públicos brasileiros, o equivalente a 2% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, aponta análise conduzida pelo Instituto Cordial, realizador do Painel Brasileiro da Obesidade.

O valor pode ultrapassar R\$ 60,5 bilhões até 2033, de acordo com o levantamento, financiado pela Novo Nordisk, farmacêutica que produz as canetas Ozempic e Wegovy.

Para chegar aos números, os pesquisadores adaptaram ao contexto brasileiro um modelo fiscal internacional desenvolvido pela consultoria GMAS (Global Market Access Solutions), cruzando dados de saúde, mercado de trabalho e arrecadação tributária.

A análise cruzou microdados da última edição da PNS (Pesquisa Nacional de Saúde), de 2019, com variáveis de gênero, idade e mortalidade para medir o peso da obesidade em três frentes: custos no sistema de saúde, reflexos na renda e empregabilidade no mercado de trabalho e o impacto fiscal nas contas do governo.

Para chegar aos valores finais, os pesquisadores aplicaram modelos de regressão estatística que compararam os indicadores reais de 2024 com um cenário hipotético de "prevalência zero" da enfermidade.

COMORBIDADES

O maior bloco trata dos custos de saúde associados à doença e suas comorbidades, que alcançam R\$ 29,56 bilhões anuais.

Em seguida, vem a perda de arrecadação tributária, estimada em R\$ 9,94 bilhões - dos quais R\$ 7,35 bilhões são em impostos diretos, e R\$ 2,59 bilhões em indiretos.

Gastos com invalidez somam R\$ 6,05 bilhões por ano, considerando que mais de 240 mil aposentadorias no Brasil estão associadas às condições.

Dentro do sistema público de saúde, os custos diretos associados à obesidade já ultrapassam R\$ 1,89 bilhão ao ano. Do total, R\$ 911,6 milhões correspondem a internações hospitalares e R\$ 983,8 milhões, a gastos com medicamentos.

Luís Fernando Villaça Meyer, diretor de operações do Instituto Cordial, diz que esse valor, na verdade, chega a R\$ 29,56 bilhões se forem avaliadas outras doenças associadas à obesidade, como hipertensão, diabetes e dislipidemias, e os custos associados a elas.



Tratamento e prevenção

O estudo conclui que investir em prevenção e tratamento é uma estratégia fiscal, não apenas sanitária. Para os autores, pequenas reduções na prevalência da doença têm efeito imediato nas contas públicas: cada 1% de queda nos índices de obesidade gera uma economia de R\$ 444,6 milhões por ano.

Para que esse cenário seja alcançado, Meyer reforça a necessidade do investimento em políticas públicas. "A obesidade já está sen-

do entendida como doença e tem que ser lidada no contexto da saúde pública. Então, sua resposta vai no caminho de o que a gente tem que fazer na saúde pública." Segundo ele, o caminho passa pela atualização das linhas de cuidado nacionais, envolvendo equipes multiprofissionais e a capacitação desses profissionais para o acolhimento da pessoa com obesidade. "A palavra de ordem agora é implementação de política pública", afirma.

Doenças crônicas não transmissíveis associadas a sobrepeso e obesidade no SUS: cardiovasculares, respiratórias e neoplasias

Pesquisas avaliadas pelos autores apontam que, em 2022, o Brasil gastou US\$ 654 milhões (cerca de R\$ 3,4 bilhões) com doenças crônicas não transmissíveis associadas a sobrepeso e obesidade no Sistema Único de Saúde (SUS), com destaque para doenças cardiovasculares, respiratórias e neoplasias.

Cada ponto adicional no

IMC (Índice de Massa Corporal) médio da população representa um custo extra de R\$ 387,3 milhões ao sistema público de saúde por ano, afirma o estudo.

Outro dado levantado é a disparidade do impacto entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Segundo a pesquisa, mulheres com obesidade recebem salários entre 4% e 9%

menores do que mulheres sem a condição. A diferença pode chegar a 15%.

A análise dos microdados da PNS de 2019 mostrou que a participação de mulheres na força de trabalho cai progressivamente conforme o IMC aumenta, mas o padrão não se repete entre homens com a mesma intensidade.

"O impacto cultural no

corpo das mulheres é muito pior. Isso no mercado de trabalho se reflete em salários mais baixos também, cargos piores, e isso acaba impactando na massa salarial das pessoas", afirma Meyer, complementando que isso também afeta a arrecadação tributária.

Para os homens, parte dos modelos analisados mostra que a obesidade

não apresenta efeito estatisticamente significativo sobre salários, enquanto em outros, está associada a melhores resultados.

Para Meyer, não necessariamente a obesidade em homens está associada ao sucesso na carreira, mas talvez homens em posições de liderança apresentem maior índice de obesidade.